



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.989-A, DE 2023 **(Do Senado Federal)**

Altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex); tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, pela aprovação, com substitutivo (relator: DEP. ZÉ ADRIANO).

DESPACHO:
ÀS COMISSÕES DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;
MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

APRECIÇÃO:
Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão



SENADO FEDERAL

Altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Apresentação: 07/04/2025 19:18:38.223 - Mesa

PL n.4989/2023

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-B:

“Art. 2º-B. Nas operações de financiamento ou de equalização previstas nesta Lei, será concedido tratamento especial à indústria verde.

§ 1º Para efeito do disposto no **caput**, indústria verde é definida como empresas, projetos, bens ou serviços que priorizem a sustentabilidade ambiental por meio de ações como o uso de energia oriunda de fontes renováveis e de tecnologias que reduzam a emissão de poluentes, a reciclagem de materiais e outras medidas que promovam a redução do consumo de insumos relevantes como energia elétrica, combustíveis e água.

§ 2º O tratamento especial previsto no **caput** consiste em condições favorecidas de financiamento e equalização em relação às taxas de juros e aos prazos de pagamento.

§ 3º O tratamento especial previsto no **caput** deverá ser concedido em linha com condições aceitas pela prática internacional.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 7 de abril de 2025.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente do Senado Federal





CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI Nº 10.184, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2001	https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:200102-12:10184
--	---



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Zé Adriano

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.zeadriano@camara.leg.br

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI Nº 4.989, DE 2023

Altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Autor: SENADO FEDERAL - RENAN CALHEIROS

Relator: Deputado ZÉ ADRIANO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.989, de 2023, de autoria do nobre Senador Renan Calheiros, altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Na justificação do projeto original, o ilustre Autor fundamenta-se na oportunidade estratégica para o Brasil de se posicionar como líder na economia de baixo carbono, incluindo em termos de exportações. O Autor destaca uma estimativa do Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF), segundo a qual o Brasil poderia gerar até US\$ 395 bilhões em exportações de produtos com certificação sustentável até 2032. Este potencial é atribuído à vantagem comparativa do país, notadamente sua matriz energética predominantemente renovável, que facilita a descarbonização de processos industriais intensivos em energia. Tal cenário, conhecido como *powershoring*, posiciona o Brasil como um destino atrativo para indústrias que buscam reduzir sua emissão de carbono.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Zé Adriano

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.zeadriano@camara.leg.br

Apresentação: 26/11/2025 17:33:34.137 - CDE
PRL 2 CDE => PL 4989/2023

PRL n.2

Para que essa oportunidade se concretize, o Autor argumenta ser indispensável a criação de um ambiente de negócios propício, o que inclui a implementação de incentivos governamentais direcionados. Nesse contexto, o Projeto de Lei propõe a utilização de um instrumento já consolidado de política de comércio exterior, o Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). A proposta visa a direcionar os benefícios do programa, como crédito com juros mais baixos e prazos de pagamento estendidos, para a "indústria verde", que se caracteriza pela sustentabilidade de seus processos produtivos.

Por fim, a aprovação do projeto, segundo a justificação, não apenas impulsionaria as exportações e a indústria nacional, mas também contribuiria para a geração de emprego e renda. Além disso, ao fomentar práticas produtivas mais limpas, a iniciativa estaria alinhada aos esforços globais de proteção ambiental, assegurando o bem-estar das presentes e futuras gerações.

O Projeto foi distribuído, em 09/05/2025, às Comissões de Desenvolvimento Econômico; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Constituição e Justiça e de Cidadania. Recebemos a honrosa missão de relatá-la, em 09/07/2025. Não houve emendas apresentadas, até 07/08/2025, quando se encerrou o prazo para tal.

Cabe-nos, agora, nesta Comissão de Desenvolvimento Econômico, apreciar a matéria quanto ao mérito, nos aspectos atinentes às atribuições do Colegiado, nos termos do art. 32, VI, do Regimento Interno desta Casa.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Zé Adriano

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.zeadriano@camara.leg.br

Apresentação: 26/11/2025 17:33:34.137 - CDE
PRL 2 CDE => PL 4989/2023

PRL n.2

II - VOTO DO RELATOR

A transição para uma economia global de baixo carbono é a principal tendência constante nas relações internacionais e nas estratégias de desenvolvimento no século XXI. Impulsionada por acordos climáticos, como o Acordo de Paris, e por novas regulações de mercado, a sustentabilidade deixou de ser um nicho para se tornar um fator central de competitividade. Nesse cenário, o conceito de *powershoring* – a realocação de produção industrial para locais com abundante energia limpa e de baixo custo – emerge como uma oportunidade histórica para nações com vantagens comparativas em energia renovável para efetuar um salto em seus níveis de desenvolvimento econômico.

O Brasil se encontra em uma posição potencialmente vantajosa. Com uma matriz elétrica cuja participação de fontes renováveis supera 80%, segundo o Ministério de Minas e Energia, o país pode oferecer um caminho para a descarbonização de setores industriais de forma mais competitiva que a maioria das economias desenvolvidas. A estimativa do CAF, citada na justificação do projeto, de um potencial de exportações sustentáveis de quase US\$ 400 bilhões até 2032, ilustra a magnitude da oportunidade. Aproveitar dessa vantagem, no entanto, não é um processo automático, mas requer uma política industrial e de comércio exterior ativa e coerente, em conjunto com outras medidas na direção da melhoria do ambiente de negócios no Brasil.

O Projeto de Lei em análise demonstra grande mérito ao identificar corretamente essa janela de oportunidade e ao propor a utilização de um dos mais importantes instrumentos de apoio à exportação do país, o Proex, como ferramenta para induzir esse desenvolvimento. A intenção de alinhar a política de financiamento às exportações com a agenda da sustentabilidade e da neoindustrialização verde é não apenas pertinente, mas estratégica. A iniciativa



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Gabinete do deputado Zé Adriano

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301

E-mail: dep.zeadriano@camara.leg.br

visa a criar um ciclo virtuoso: o apoio governamental reduz o custo de capital e o risco para as empresas que investem em processos produtivos limpos, aumentando sua competitividade no mercado global e atraindo novos investimentos para o Brasil.

Contudo, apesar do nobre propósito, a redação original tem alguma margem para aprimoramentos. Nesse sentido, o Substitutivo traz alterações que tornam a governança da medida mais efetiva e mais clara, inclusive quanto ao incentivo à indústria verde.

No *caput* do novo artigo inserido na Lei nº 10.184/2001, deixou-se mais explícito o tratamento prioritário às operações de exportação de bens e serviços oriundos da indústria verde, um dos objetivos do Projeto de Lei em análise. Além disso, foram alterados os parágrafos da proposta. Isso foi feito para deixar mais claro o termo de “indústria verde”, inclusive modificando o § 2º, fazendo com que Ato do Poder Executivo se encarregue do detalhamento técnico dessa definição, além de outros detalhes e critérios que distingam quais atividades fariam jus à priorização disposta no *caput*. Essa abordagem não só confere precisão e objetividade aos critérios de elegibilidade, como também permite que sejam atualizados com agilidade, acompanhando a evolução tecnológica e as mudanças nas políticas ambientais, sem a necessidade de atualizações legislativas frequentes.

Por fim, o Substitutivo retira as menções dos §§ 2º e 3º do Projeto original. Como se trata de uma adição ao PROEX, com o objetivo de priorizar a indústria verde, já existem mecanismos de favorecimento aos bens e serviços exportados constantes na própria Lei nº 10.184/2001 e na regulamentação do Programa. Da mesma forma, na própria Lei se fala em compatibilizar práticas do mercado internacional, se fazendo desnecessário o § 3º do Projeto original.

Diante do exposto, a aprovação deste projeto de lei é medida de bastante relevância para o país. Trata-se de uma medida com grande potencial futuro, alinhando a estrutura produtiva brasileira com tendências inescapáveis para as próximas décadas em todo o mundo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Zé Adriano

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.zeadriano@camara.leg.br

Apresentação: 26/11/2025 17:33:34.137 - CDE
PRL 2 CDE => PL 4989/2023

PRL n.2

Por todos os motivos expostos, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.989, de 2023, na forma de Substitutivo em anexo.

É o voto, salvo melhor juízo.

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2025.

Deputado ZÉ ADRIANO
Relator





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Zé Adriano

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.zeadriano@camara.leg.br

Apresentação: 26/11/2025 17:33:34.137 - CDE
PRL 2 CDE => PL 4989/2023

PRL n.2

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.989, DE 2023

Altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-B:

“Art. 2º-B. Nas operações de financiamento ou de equalização previstas nesta Lei, será concedido tratamento prioritário às operações de exportação de bens e serviços oriundos da indústria verde.

§ 1º. Consideram-se da indústria verde, para os fins desta Lei, os setores e as atividades econômicas que contribuam significativamente para a sustentabilidade ambiental, a mitigação das mudanças climáticas, a transição e a eficiência energética, a segurança alimentar, o fomento à produção de base biológica e o uso de bioinsumos, a recuperação de áreas degradadas e o tratamento de resíduos, em conformidade com os objetivos das políticas nacionais sobre esses temas e os acordos internacionais dos quais o Brasil seja parte.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do deputado Zé Adriano

Tel. (61) 3215-5301 e 3215-3301
E-mail: dep.zeadriano@camara.leg.br

Apresentação: 26/11/2025 17:33:34.137 - CDE
PRL 2 CDE => PL 4989/2023

PRL n.2

§ 2º Ato do Poder Executivo Federal definirá os critérios técnicos, os setores e as atividades elegíveis ao tratamento prioritário de que trata o *caput*, ouvidos os Ministérios relacionados aos temas dispostos no § 1º.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 17 de novembro de 2025.

Deputado ZÉ ADRIANO
Relator





Câmara dos Deputados

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

PROJETO DE LEI Nº 4.989, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.989/2023, com Substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Zé Adriano.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Lafayette de Andrada - Presidente, Padovani e Vitor Lippi - Vice-Presidentes, Daniel Almeida, Gilson Daniel, Luiz Gastão, Rodrigo da Zaeli, Vander Loubet, Zé Adriano, Danilo Forte, Helder Salomão, Hugo Leal, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Saulo Pedroso e Thiago de Joaldo.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2025.

Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA COMISSÃO AO PROJETO DE
LEI Nº 4.989, DE 2023**

Altera a Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, para priorizar o financiamento da indústria verde, no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-B:

“Art. 2º-B. Nas operações de financiamento ou de equalização previstas nesta Lei, será concedido tratamento prioritário às operações de exportação de bens e serviços oriundos da indústria verde.

§ 1º. Consideram-se da indústria verde, para os fins desta Lei, os setores e as atividades econômicas que contribuam significativamente para a sustentabilidade ambiental, a mitigação das mudanças climáticas, a transição e a eficiência energética, a segurança alimentar, o fomento à produção de base biológica e o uso de bioinsumos, a recuperação de áreas degradadas e o tratamento de resíduos, em conformidade com os objetivos das políticas nacionais sobre esses temas e os acordos internacionais dos quais o Brasil seja parte.

§ 2º Ato do Poder Executivo Federal definirá os critérios técnicos, os setores e as atividades elegíveis ao tratamento prioritário de



que trata o caput, ouvidos os Ministérios relacionados aos temas dispostos no § 1º.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2025.

Deputado Lafayette de Andrada
Presidente

